

VACINAÇÃO JÁ!

Em defesa da vida, da
democracia e do emprego



Observatório da Democracia



Fundação Instituto
CLAUDIO CAMPOS



Fundação
João Mangabeira



FUNDAÇÃO
**LAURO CAMPOS E
MARIELLE FRANCO**

Fundação
Maurício
Grabois



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

FUNDAÇÃO
ASTROJILDO
PEREIRA



A SAÚDE EM MANAUS ENTRA EM COLAPSO E BOLSONARO LAVA AS MÃOS

A saúde em Manaus entrou em colapso. Sua manifestação mais terrível é a morte por asfixia, por falta de oxigênio. Essa é a face mais dramática da verdadeira tragédia humanitária de repercussão internacional que, com o recrudescimento da pandemia de Covid-19 desde o último trimestre de 2020, voltou a afetar o conjunto da população brasileira. E agora, com uma ameaça ainda mais grave, com a constatação de uma nova cepa decorrente de mudanças genéticas do coronavírus, com mais agressividade na contaminação, fragilização do sistema imunológico e maior índice de mortalidade. As previsões de que esta nova cepa possa se espalhar pelo país agravam muito o cenário da pandemia e deveriam exigir medidas preventivas mais rigorosas e consistentes.

A resposta do presidente Bolsonaro foi a que se poderia esperar: negacionismo, diversionismo, omissão e sabotagem das iniciativas que poderiam enfrentar a situação grave de Manaus, que poderá em breve se repetir em outras unidades da Federação. Além disso, lavou as mãos ao alegar, mentirosamente, que não podia fazer nada porque o STF o teria proibido de agir para combater a pandemia. Na verdade, conforme apurou a Agência Lupa, **“nenhuma das decisões [do STF] afastava a possibilidade de o Governo Federal tomar medidas para a contenção da pandemia (grifo nosso)”**. As responsabilidades pela tragédia humanitária de Manaus precisam ser rigorosamente apuradas, a CPI instalada e todos responsáveis punidos como determina a legislação brasileira.

Em agosto de 2020, no pico anterior da pandemia, em meio à crise econômica e social que se abateu sobre a Nação brasileira, o Observatório da Democracia, iniciativa que reúne fundações partidárias com o objetivo de compartilhar informações, fomentar discussões e estudos, na perspectiva de defesa da democracia, sob risco permanente nos úl-

timos dois anos, lançou o manifesto “Em Defesa da Vida, da Democracia e do Emprego”, que apresentou um diagnóstico da grave situação, bem como um conjunto de propostas com vistas a seu enfrentamento

MORTANDADE PODERIA TER SIDO EVITADA

À época do Manifesto, 100 mil brasileiros e brasileiras já haviam sido vitimados pela pandemia da Covid-19. Essa situação dramática arrefeceu um pouco no começo do segundo semestre de 2020 para tornar a recrudescer no último trimestre do ano. O Brasil ultrapassou em janeiro de 2021 as impressionantes cifras de mais de 220 mil mortes e de 9 milhões de pessoas contagiadas - brasileiros e brasileiras que ficarão com sequelas definitivas em razão do contágio. Não é uma mera estatística. São mais de 220 mil famílias que estão chorando pela perda de seus entes queridos. São vidas que poderiam ter sido preservadas.

Agora, com o novo pico da pandemia, o Brasil volta a perder mais de mil pessoas por dia. Somos 2,7% da população mundial, mas com 9,1% dos infectados e 10,6% dos óbitos. **O Brasil foi um dos países mais atingidos, com quase quatro vezes mais mortes do que a média mundial.** De acordo com estudo recente, realizado pelo Lowy Institute da Nova Zelândia, o Brasil teve o pior desempenho na gestão da pandemia, entre 98 países.

Importa lembrar que **essa situação trágica decorre diretamente da atitude negacionista e irresponsável mantida pelo presidente Bolsonaro e seu grupo** desde a chegada do vírus ao país. Enquanto o presidente propalava que não passava de uma gripezinha, seu ministro da Economia bravateava que com 3 a 5 bilhões de reais resolveria o problema. Subestimaram a gravidade da pandemia, incentivaram comportamentos de risco, combateram as práticas preventivas, empenharam recursos públicos na fabricação e distribuição de drogas ineficazes e, final-

mente, omitiram-se nas negociações em torno da chegada da vacina em quantidade suficiente para os brasileiros.

Além de sabotar o esforço de contenção da pandemia, o presidente da República retardou o quanto pôde as medidas econômicas emergenciais, que visavam simultaneamente preservar a vida dos cidadãos e manter a economia em funcionamento mínimo. Pior, deixou de renovar essas medidas justamente no momento em que a pandemia volta a recrudescer, prenunciando o quadro de calamidade pública que a tragédia de Manaus exemplifica. Por isso, o Observatório da Democracia volta a se pronunciar, não apenas para denunciar essa situação perversa, mas também para apresentar propostas para seu enfrentamento.

Devemos sempre lembrar que a economia sofreu nesse processo o maior tombo da história. A previsão é de que o PIB tenha desabado em torno de 4,5% em 2020. A recuperação que vinha ocorrendo em decorrência dos estímulos fiscais e do impacto do auxílio emergencial no consumo popular está sendo abortada pela suspensão dos estímulos fiscais e ausência de políticas públicas que sustentem a reconstrução econômica. Não há recuperação à vista, e a tragédia do desemprego resultante da crise sanitária e econômica é maior do que revelam as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNAD Covid revela que, além dos mais de 14 milhões que estavam procurando emprego em novembro, outros 15,3 milhões de trabalhadores e trabalhadoras foram desligados de seus empregos e gostariam de trabalhar, mas, devido à pandemia ou porque estavam recebendo o auxílio emergencial, não procuraram emprego.

EM LUGAR DE PROVIDENCIAR A VACINA, BOLSONARO RECEITOU A CLOROQUINA

O Brasil, pelo tamanho de sua população, condições econômicas, larga tradição em imunização de massa e elevado nível de contaminação da população pela Covid-19, foi procurado por praticamente todos os institutos e empresas que desenvolveram e estão produzindo a vacina. No entanto, o governo Bolsonaro não tomou as providências essenciais para estas parcerias. **O país não tem calendário, um plano consistente, logística e vacinas disponíveis**, nem previsão de vir a ter vacinas para toda a população. Enquanto isso, a pandemia avança de forma implacável em um ritmo ainda mais feroz.

Bolsonaro, que sabotou o tempo todo as medidas sanitárias destinadas a barrar a transmissão do vírus, mantém a mesma atitude irresponsável em relação à vacina. Realiza uma verdadeira campanha contra o seu uso. As únicas vacinas disponíveis estão sendo conseguidas pelo esforço dos dois principais centros de produção do país, o Instituto Butantan e a Fundação Osvaldo Cruz, em parceria, respectivamente, com a Sinovac, da China, e a Universidade de Oxford, da Inglaterra. Mas tanto o Butantan quanto a FioCruz dependem da importação de insumos da China para seguir fabricando as vacinas. O governo brasileiro teria então de haver negociado desde o início uma quota de insumos para o Brasil. Mas, ao contrário, o próprio presidente, seu filho e o terraplanista que ocupa o Itamarati têm se esmerado em agredir a China e o povo chinês.

Na grave situação em que o país está, decorrente do descaso e da inoperância do governo Bolsonaro, **as Fundações signatárias deste manifesto vêm a público exigir, em primeiro lugar, a vacinação imediata de toda a população habilitada para tanto**. Ou seja, vacinas e todo o material necessário à sua aplicação devem estar disponíveis no

curto prazo, e um plano eficaz de imunização em operação. É necessário, além disso, pôr fim à comunicação diversionista do governo e encampar o estímulo às medidas protetoras de eficácia comprovada, como o uso de máscaras e a observância das regras do distanciamento social. É indispensável, além da adoção da Vigilância Epidemiológica, dar início à testagem massiva da população, com o consequente rastreamento dos novos e possíveis casos de infecção. Pois, ao contrário do presidente da República, achamos que a pandemia não acabou e está se agravando e que não há contradição entre salvar vidas e salvar a economia.

MEDIDAS EMERGENCIAIS PARA SALVAR VIDAS E GARANTIR O EMPREGO

Propomos, além disso, a **manutenção do auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional até o fim da pandemia e o início da recuperação econômica**. Nunca é demais lembrar que a aprovação do auxílio obedeceu à iniciativa do Congresso Nacional, impulsionado por vários dos partidos cujas Fundações assinam este manifesto. Derrotado em suas ações diversionistas, o governo acabou tardiamente propondo R\$ 200,00 mensais por família como auxílio emergencial. Mas foi derrotado politicamente e o Congresso elevou para R\$ 600 o valor por beneficiário, podendo atender por cinco meses até duas pessoas por família, e R\$ 1.200 por mãe chefe de família para os setores mais vulneráveis da população. O Congresso aprovou também outras medidas destinadas a manter a proteção social e fomentar a reativação econômica. Mas o governo suspendeu não apenas o auxílio, mas o conjunto dessas medidas, exatamente no momento em que a pandemia recrudescer no país.

O governo não tomou nenhuma medida até agora para substituir o auxílio emergencial que terminou em dezembro. **São milhões de brasileiros e brasileiras que ficaram desprovidos das condições para garantir o sustento de suas famílias.** Além do drama social que isso implica, é uma importante massa de recursos que deixa de entrar na economia. Com o atual recrudescimento da pandemia, esse auxílio torna-se ainda mais indispensável. A tragédia é ainda maior porque, com o fim do auxílio emergencial, os 15,3 milhões de trabalhadores que perderam o emprego e gostariam de trabalhar, mas não vinham procurando emprego, começam a retornar ao mercado de trabalho sem a perspectiva de emprego. A pobreza extrema e a fome vão voltar a atingir milhões de famílias brasileiras, em uma escala e velocidade sem precedentes na história do Brasil. O economista da FGV Daniel Duque estimou que, com o fim do auxílio emergencial, **as pessoas vivendo na pobreza extrema poderão chegar neste mês de janeiro a 31,6 milhões** (eram 4,8 milhões em agosto, na vigência do auxílio emergencial de R\$ 600).

Para agravar ainda mais a situação, o ministro da Economia segue defendendo cortar duramente os gastos públicos, arrochar os salários dos servidores, além da retomada da agenda das privatizações de empresas estratégicas para o país, deixando os pobres no completo abandono e em total exposição à pandemia. O efeito perverso de todas essas medidas já é conhecido: retira os pobres do orçamento público, reforça as tendências recessivas, aumenta o desemprego e a precarização do mundo do trabalho. O governo apresentou ao Congresso uma proposta orçamentária para este ano que reduz em 8% do PIB as despesas primárias do governo (de 28% do PIB para 20%). Corresponde exatamente ao fim dos programas emergenciais.

INVESTIMENTO PÚBLICO PARA RETOMAR ECONOMIA

Sustentamos, ao contrário, a formulação e implementação de uma política consequente de estímulo à retomada econômica que tenha como referência a redução da pobreza e o combate às desigualdades sociais. Essa política deve priorizar o **investimento em saúde, destacando a remontagem do complexo industrial da saúde**. É importante também definir setores que aumentem a oferta de serviços públicos, como o investimento em infraestrutura de qualidade. A realidade dos fatos, no mundo inteiro, vem demonstrando, largamente, que o enfrentamento das crises periódicas, inclusive a atual, exige a atuação do Estado. Economistas de todas as correntes convergem hoje em torno da necessidade da ação do Estado e do consequente investimento público para enfrentar uma crise dessa profundidade.

Mas, para isso, deve ser construído um marco fiscal que, em lugar de engessar o investimento, como faz a Emenda Constitucional 95, torne anticíclicas as regras fiscais e dê um tratamento privilegiado ao investimento público, uma exigência indispensável para a recuperação econômica. Além disso, é indispensável a aprovação de uma reforma tributária, norteadas pelos princípios da simplificação, da transparência, da descentralização e, principalmente, da progressividade, que, ao mesmo tempo que promova a distribuição de renda, angarie recursos para o enfrentamento da pandemia e o investimento. É justo e necessário que a maior parte do ônus recaia sobre a parcela mais rica da população, isentando os mais pobres e as pequenas empresas, fortalecendo estados e municípios e incidindo sobre as altas rendas, o grande patrimônio, as grandes heranças, os ganhos de capital e os lucros e dividendos distribuídos. No mundo inteiro, economistas das mais diferentes vertentes teóricas estão defendendo a emissão de moeda como um instrumento importante para financiar as medidas emergenciais e a retomada da economia. Esse caminho vem sendo

praticado, de forma mais ou menos contundente, na ampla maioria dos países. Situações extremas requerem medidas extraordinárias.

A MAIS AMPLA FRENTE EM DEFESA DA VIDA, DA DEMOCRACIA E DO EMPREGO

O governo Bolsonaro demonstrou repetidas vezes sua incapacidade de levar a efeito a agenda política de que o País precisa. Não se mostrou capaz de perceber o evidente, não adotou o partido da ciência, não se precaveu para o tempo da vacinação, dando os passos necessários para garantir o fornecimento da quantidade necessária de vacinas.

Ao mesmo tempo, o governo vem demonstrando em toda oportunidade sua oposição ativa ao ordenamento democrático que governa o país por força da Constituição de 1988. Mantém grupos de desinformação em atividade nas redes sociais, incentiva manifestações contrárias ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal. Propaga elogios à ditadura militar, enaltece a violação de direitos humanos, agride sistematicamente a imprensa e jornalistas e nega a existência de estruturas de exclusão e discriminação no Brasil.

O próprio presidente **admitiu que não está preparado para governar o Brasil**. Depois de declarar que “o Brasil está quebrado”, confessou: “**não consigo fazer nada**”. Para vencer a Covid-19, salvar a vida dos brasileiros e brasileiras, manter a economia minimamente funcionando e em condições de sair dessa crise e preservar a Constituição e a Democracia, **urge avançar na construção de um caminho que isole e derrote esse presidente genocida**. É premente que se avance na construção da mais ampla frente em defesa da Vida, da Democracia e do Emprego.

Por tudo isso, nos posicionamos: vacinas já para todos! Continuidade do auxílio emergencial até o fim da pandemia! Por uma agenda de retomada do crescimento econômico com geração de emprego! Em defesa da Democracia! A continuidade do governo não é compatível

com esses objetivos. Amplos setores da sociedade civil brasileira estão se manifestando de forma crescente pelo impeachment, como foram os manifestos de médicos, advogados, engenheiros, estudantes, economistas, artistas, além de entidades e movimentos sociais que se mobilizam pelo impeachment. São mais de 60 pedidos protocolados na Câmara dos Deputados, além de uma representação ao Procurador Geral da República, assinada por importantes lideranças do Ministério Público, exigindo que seja oferecida uma representação ao STF por crime de responsabilidade. Esta petição arrola dez condutas do presidente da República favorecendo a disseminação da pandemia, crime previsto no Código Penal Brasileiro. Vários dos partidos cujas Fundações estão representadas neste Observatório, depois da tragédia de Manaus e da atitude criminosa e irresponsável do presidente Bolsonaro, decidiram apoiar o movimento pelo impedimento do presidente, tendo em vista sua responsabilidade no verdadeiro genocídio que vem sendo praticado contra o povo brasileiro.

São Paulo, 31 de janeiro de 2021

Observatório da Democracia

Fundação Lauro Campos/Marielle Franco, PSoL

Fundação João Mangabeira, PSB

Fundação Leonel Brizola/Alberto Pasqualini, PDT

Fundação Maurício Grabois, PCdoB

Fundação Perseu Abramo, PT

Fundação Astrojildo Pereira, Cidadania

Fundação Cláudio Campos, PPL





[www. observatoriodademocracia.org.br](http://www.observatoriodademocracia.org.br)